

Julgamento moral afeta atendimento à mulher que aborta

26/06/12 - O julgamento ético e religioso sobre o aborto interfere no atendimento às mulheres que dão entrada no hospital depois de tentar a interrupção da gravidez. A avaliação foi feita pela pesquisadora Estela Aquino, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (Ufba), com base em trabalho realizado com 2.562 mulheres em sete hospitais de Salvador, oito de Recife e quatro de São Luís. "Isso leva as mulheres a procurar esconder que a interrupção foi voluntária, com medo de serem punidas ou mal assistidas", pondera.

[Siga a SECTI-AM no Twitter](#)

Segundo a pesquisa, o atendimento nem sempre segue recomendações de atenção humanizada, indicadas pelo Ministério da Saúde ou pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Exames clínicos também deixam de ser feitos. "A realização de exame após o procedimento, permitindo a avaliação do volume e aspecto do sangramento, correspondeu a 64,1% em Salvador e a 65,4% em Recife, mas foi bem menos frequente em São Luís, que teve 23,3%", descreve.

De acordo com informações colhidas, "a aferição da pressão arterial foi muito frequente em Salvador e Recife (respectivamente 80,5% e 88,7%), mas insuficiente em São Luís (31,7%)". A adequação de prevenção de complicações infecciosas, quando se considera o controle da temperatura, foi ainda pior - em Salvador essa medida foi feita antes e depois do procedimento em 69,8% das mulheres, enquanto em Recife isso ocorreu em 43,8% das vezes. Em São Luís, foi praticamente inexistente, com 4,4%.

Além da falta de procedimentos recomendados, muitas pacientes não são orientadas adequadamente após a intervenção cirúrgica, o que pode expor as mulheres a riscos de saúde e de nova gravidez. "A falta de orientação sobre cuidados pós-alta e o agendamento de consulta de revisão permitiriam evitar complicações imediatas à saúde das mulheres, mas sobretudo a falta de orientação e prescrição da contracepção pós-aborto contribui para a reincidência do aborto, ferindo os direitos reprodutivos das mulheres", disse Estela.

A pesquisadora da Ufba mostra que a formação dos médicos "é estritamente clínica" e "voltada ao manejo de complicações dentro da obstetrícia". O que falta são conteúdos que permitam uma visão

social ampla sobre o aborto. "Mesmo os aspectos bioéticos e legais parecem ser negligenciados, o que se traduz no desconhecimento dos profissionais sobre aspectos no exercício da prática clínica. Também desconhecem a importância do aborto como problema de saúde pública", acrescenta.

A falta de discussão sobre o aborto como problema de saúde pública pode fazer sobressair uma atitude legalista das equipes médicas, reforçada pelo julgamento moral. Para Estela, o comportamento denunciante tem contradições éticas. "Os médicos devem respeitar o princípio de sigilo profissional e a denúncia contra as mulheres baseada em informações obtidas na prática profissional viola esse princípio e os direitos humanos das mulheres", destaca.

Fonte: Estadão